



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

Aos 30 dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 118, de 23 de maio;*
 3. *Votações do Texto de Substituição relativo aos Projetos de Lei n.ºs 726/XIII/3.ª (BE) - «Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais», e 727/XIII/3.ª (PAN) - «Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais» bem como das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP e PSD;*
 4. *Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L. n.º 831/XIII/3.ª PCP - «Revogação das taxas moderadoras». Autor do Parecer: Deputado José Luís Ferreira;*
 5. *Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando audição, com carácter de urgência, do Senhor Ministro da Saúde, «com vista a obter do Governo explicações sobre o estado de degradação em que, presentemente, se encontra o Serviço Nacional de Saúde»;*
 6. *Outros assuntos.*
- 11:00 Audição do Conselho de Administração do Hospital S. João, a requerimento do PCP e do PSD, «para debater os problemas existentes no Hospital de S. João»;*
- 12:00 Audição de Constantino Sakellarides, a requerimento do BE, a propósito da sua demissão de coordenador do projeto SNS Saúde + Proximidade.*

1. Informações

O Presidente informou terem baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 887/XIII/3.ª, do PEV, para elaboração de parecer na generalidade, que cabe ao PS, tendo sido designado o Deputado João Gouveia, e a Petição n.º 507/XIII/3.ª, que foi admitida e que cabe ao PSD, para efeitos de elaboração de Relatório Final, tendo sido indicado o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

Deputado José António Silva. Deu ainda conta de que o Deputado José Silvano, que era suplente na Comissão de Saúde, foi substituído pela Deputada Ana Oliveira.

A Deputada Carla Cruz solicitou que fosse reativado o GT para a especialidade do P.J.L. n.º 766/XIII/3.ª PCP, sobre formação médica.

A Deputada Isabel Galriça Neto, coordenadora desse GT, disse que seria retomado.

2. Apreciação e votação da ata n.º 118, de 23 de maio

A ata n.º 118 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Votações do Texto de Substituição relativo aos Projetos de Lei n.ºs 726/XIII/3.ª (BE) - «Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais», e 727/XIII/3.ª (PAN) - «Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais» bem como das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP e PSD

O Presidente deu a palavra ao Coordenador do GT da Canábis, para fazer um ponto de situação. O Deputado Moisés Ferreira agradeceu a disponibilidade para a realização das votações hoje em Comissão, uma vez que não foi possível fazê-las indiciariamente em GT. Referiu ter sido acertada a alteração do conceito «*planta e produtos à base da planta da canábis*» para «*medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis*», o que teve o acordo de todos.

O Presidente procedeu de seguida às votações do Texto de Substituição relativo aos P.J.L. n.ºs 726/XIII/3.ª (BE) - «*Regula a utilização da planta, substâncias e preparações de canábis para fins medicinais*», e 727/XIII/3.ª (PAN) - «*Pela admissibilidade de utilização de canábis para fins medicinais*», bem como das propostas de alteração apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PCP e PSD, que constam do Relatório de Discussão e Votação que se anexa.

4. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L. n.º 831/XIII/3.ª PCP - «Revogação das taxas moderadoras». Autor do Parecer: Deputado José Luís Ferreira

O Deputado José Luís Ferreira apresentou o seu Parecer sobre o P.J.L. n.º 831/XIII/3.ª do PCP, referindo o conteúdo da iniciativa e as razões subjacentes à sua apresentação, remetendo para a Nota Técnica no tocante ao enquadramento legal e



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

doutrinário, dando conta dos antecedentes e concluindo com o parecer de que a iniciativa reúne os requisitos constitucionais e regimentais para discussão em plenário. O Deputado Ricardo Batista Leite felicitou o autor do parecer, que considera ser factual e não manifesta opinião. Referiu que o PCP tem sido consistente nesta matéria, ao longo do tempo, todavia viabilizou a manutenção das taxas moderadoras nos orçamentos de Estado. Pensa que a situação das taxas é hoje híbrida, pois sofreram muitas alterações.

O Deputado João Marques considera também o parecer factual, sendo o PS sensível a esta questão das taxas moderadoras, por isso reduziu o seu valor e aumentou o âmbito das isenções. Mas entende que as taxas continuam a ser necessárias para moderar o acesso, o que é fundamental para o equilíbrio do sistema.

O Deputado Moisés Ferreira disse que o parecer é factual e objetivo, pelo que o acompanhará. Relevou o número considerável de iniciativas sobre taxas moderadoras que têm sido apresentadas, que, apesar da pequena redução do seu valor, continuam a ser uma barreira ao acesso aos cuidados de saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto felicitou o autor do parecer, dizendo que a posição do CDS-PP é conhecida, entendendo que as taxas moderadoras não impedem o acesso, pois há muitas isenções.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o autor do parecer, que é objetivo e traduz o que está na iniciativa, pelo que o acompanhará. Pensa que os dados e evidência mostram que as taxas são obstáculo inegável ao acesso aos cuidados e não servem para moderar, pois muitos deixam de ir a consultas por falta de meios para as pagar.

O Deputado José Luis Ferreira registou as palavras de cumprimento e manifestou a opinião de que as taxas são efetivamente um obstáculo ao acesso aos cuidados de saúde.

O Presidente colocou os considerandos e conclusões do parecer à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

5. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando audição, com caráter de urgência, do Senhor Ministro da Saúde, «com vista a obter do Governo explicações sobre o estado de degradação em que, presentemente, se encontra o Serviço Nacional de Saúde»



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

O Deputado Ricardo Batista Leite apresentou o requerimento do PSD que solicita a audição do Ministro da Saúde, porque entende que o SNS sofreu «*acentuada deterioração nas suas condições de funcionamento*». Citou diversos casos em que essa degradação se manifesta, designadamente no Hospital S. João do Porto, no IPO de Lisboa e no Centro Hospitalar de Tondela, Viseu.

O Deputado António Sales considera que se trata de retórica do PSD, elencando melhorias no SNS que contrariam a tese da alegada degradação, acrescentando que basta olhar para o plano de investimentos na saúde 2017-2019, de norte a sul do país. Contudo, não inviabilizam a audição.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que votará a favor, pois há uma linha de desinvestimento deste Governo, mas existem outros requerimentos a solicitar a audição do Ministro já votados anteriormente.

A Deputada Isabel Galriça Neto recordou que a audição regimental será a 20 de junho e que não se deviam pulverizar audições, mas também não se pode branquear o que é gravíssimo, assim, viabilizará a audição.

A Deputada Carla Cruz anunciou que viabilizará o requerimento, lembrando todavia a aprovação de outras audições do Ministro da Saúde, anteriores. Não se podem branquear situações como os equipamentos obsoletos e a opção de reduzir o défice em vez de resolver os problemas na saúde, dos utentes e dos profissionais.

O Deputado Ricardo Batista Leite disse que não se oporá à junção de vários temas numa audição, desde que ocorra antes de 20 de junho.

O Presidente referiu que se irá diligenciar no sentido da audição com vários temas ter lugar no dia 14 de junho (5.ª feira), depois do plenário, ou dia 15 (6.ª feira) à tarde.

O requerimento foi aprovado por maioria, com a abstenção do PS.

11:00 Audição do Conselho de Administração do Hospital S. João, a requerimento do PCP e do PSD, «para debater os problemas existentes no Hospital de S. João»

O Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de S. João, António Joaquim Oliveira e Silva, fez-se acompanhar nesta audição por Renato Garrido Matos, Luís Gomes e José Artur Paiva.

O Presidente deu a palavra aos Grupos Parlamentares autores dos requerimentos, para procederem à sua apresentação.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

Apresentando o requerimento do PCP, a Deputada Carla Cruz disse que não é aceitável a situação, que foi conhecida, sobre os tratamentos de crianças em oncologia terem sido feitos nos corredores, sendo importante ouvir o CA sobre esta questão e também sobre o ponto de situação, hoje, relativamente ao início das obras e o desbloqueamento de verbas.

O Deputado Ricardo Batista Leite apresentou o requerimento do PSD, chamando a atenção para três questões que considera relevantes: o problema da ala pediátrica, as listas de espera e a falta de enfermeiros. Há situações inaceitáveis e incompreensíveis, por falta de verbas, e apesar das promessas continua-se na mesma. Recorda que nas listas de espera houve um esforço no passado, entre 2010-2015 para recuperar tempos médios, que hoje vão para além do razoável.

A Deputada Joana Lima congratulou-se com esta audição, pois são precisos esclarecimentos sobre uma situação que a todos preocupa. Quis saber, nomeadamente, se os tratamentos nos corredores foram esporádicos ou acontecem em contínuo, se as crianças usam elevadores onde também circulam carros com lixo, e se há um projeto para a ala pediátrica avançar e qual o seu custo.

O Deputado Moisés Ferreira entende que não se justificam as condições existentes, nada tendo feito o Governo anterior, nem o atual. Perguntou o que está ser feito para resolver estas situações, se o CA tem acompanhado reuniões que têm acontecido com o Ministério das Finanças e se está previsto investimento no Hospital S. João, designadamente na ala pediátrica.

O Deputado Mota Soares referiu ter visitado *in loco* o Hospital, tendo observado a falta de condições efetivas em que se está a trabalhar e a dedicação extraordinária de todos os profissionais. Foi-lhe dito que a verba orçamentada para a construção da nova ala pediátrica não podia ser utilizada por faltar a assinatura das finanças, querendo saber se há efetivamente entrave por parte do Ministério das Finanças, pois é fundamental compreender o que está a acontecer.

O Presidente do CA do Centro Hospitalar S. João agradeceu todas as questões e a oportunidade para as esclarecer, confirmando que as verbas não estão desbloqueadas, embora estejam na conta do Hospital desde dezembro de 2017, mas é necessária uma autorização de despesa para se poder iniciar o concurso. Estiveram na reunião no Ministério das Finanças, o que encara com normalidade, e também em reuniões técnicas no Ministério da Saúde. É importante o enfoque na questão das



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

crianças, mas existe toda uma outra população de pessoas mais velhas, doentes e isoladas, pelo que o investimento tem de ser feito a pensar em todos e os tempos máximos de resposta não o deixam satisfeito. Enfatizou que os tratamentos nos corredores foram pontuais, não acontecem habitualmente e há separação completa de pessoas e resíduos. De facto o problema do investimento não está resolvido, o que pode destruir a confiança dos utentes, mas nos últimos inquéritos de satisfação os resultados continuavam positivos, quanto à qualidade assistencial, não quanto às instalações.

Os Deputados Ricardo Batista Leite, Renato Sampaio, Fernando de Jesus, Moisés Ferreira, Mota Soares e Carla Cruz colocaram questões adicionais, esclarecidas pelo Presidente do CA.

O Presidente agradeceu a todos a disponibilidade, bem como as informações disponibilizadas, acrescentando que a porta da Comissão estará sempre aberta para os receber.

O vídeo/gravação da audição está disponível neste [link](#).

12:00 Audição de Constantino Sakellarides, a requerimento do BE, a propósito da sua demissão de coordenador do projeto SNS Saúde + Proximidade

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição de Constantino Sakellarides, a propósito da sua demissão, perguntando quais as razões, não pessoais, mas políticas, ligadas à política de saúde, que o levaram a deixar o projeto que coordenava e quais são, em seu entender, os problemas com que se debate o SNS.

O Deputado Luís Vales evocou as declarações de Constantino Sakellarides, aquando da sua demissão, sobre o estado do SNS, dizendo que existem muitos exemplos de degradação, por exemplo, o Hospital S. João, que foi objeto da audição anterior. Perguntou se as razões que fundamentaram a sua demissão se prendem com constrangimentos e divergências de pensamento com o Ministro da Saúde.

A Deputada Marisabel Moutela disse que mais do que esmiuçar as razões da demissão, que respeita, gostaria de aproveitar a audição para, a partir do seu saber, aprofundar o caminho que deverá ser percorrido para o futuro. Entre 2011 e 2015 os portugueses tiveram dificuldades no acesso à saúde e estamos em processo de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

recuperação, com contratação de pessoal, novos equipamentos e reforço do OE para a saúde. Perguntou ainda como funcionam o plano individual e o plano local de saúde. A Deputada Isabel Galriça Neto perguntou o que falhou, do ponto de vista dos apoios, no projeto piloto que coordenava, pois parecia acarinhado pelo Governo. Alguns aspetos centrais desse projeto, como a reforma dos cuidados de saúde primários, estão parados, perguntando qual a sua opinião sobre esse tema.

A Deputada Carla Cruz quis saber que caminhos se foram estreitando, que tenham levado à sua demissão, e como perspectiva a evolução do projeto daqui para a frente. Sobre a reforma dos cuidados de saúde primários, perguntou se entende que são necessários mais meios e mais investimento.

Constantino Sakellarides cumprimentou todos, dizendo que as questões colocadas são relevantes e que têm de ser perspectivadas no futuro do SNS. Fez uma apresentação sobre o que considera pertinente nesta análise para o futuro, tentando responder ao mesmo tempo às perguntas formuladas. Salientou a importância de fazer evoluir a organização e gestão do SNS, preservando os seus princípios, pois será preciso dar resposta competente a pessoas com múltiplos problemas de saúde. Focou, nomeadamente, a necessidade de investir nas iniciativas destinadas a cuidar das pessoas em sua casa, na articulação entre o SNS e os serviços sociais a nível local, em levar aos serviços hospitalares o princípio da autonomia com responsabilidade e na literacia em saúde. Salientou três requisitos para a política de saúde de que o país precisa, que são o discurso político, a capacidade de governação e o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão, comunicação e aprendizagem. Considera que nos últimos dois anos e meio em que trabalhou, com gosto, no Ministério da Saúde, contribuiu para esta agenda e que a dado momento considerou que não estavam a ser cumpridos os requisitos, pelo que achou que seria mais útil estar fora, do que dentro, mas continuará a contribuir.

Os Deputados Luís Vales, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz pediram alguns esclarecimentos adicionais, que foram prestados por Constantino Sakellarides.

O Presidente agradeceu-lhe a disponibilidade para esta audição, bem como as informações prestadas.

O vídeo/gravação desta audição está disponível neste [link](#).



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 junho 2018.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 119/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José de Matos Rosa
José Luís Ferreira
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Rita Bessa
António Topa
Fernando Jesus
Joana Lima
Maria Manuela Tender
Pedro Mota Soares
Renato Sampaio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino
Jorge Falcato Simões
Luís Soares

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Teresa Caeiro

